JULIETA GANDRA, 1917-2007*

1. A morte de Julieta Gandra não foi notícia

Não foi notícia, na comunicação social portuguesa a morte de Julieta Gandra, a médica portuguesa incriminada pela Pide em 1959 e condenada no primeiro julgamento político do nacionalismo angolano moderno, o chamado « processo dos cinquenta » onde a par de muitas militantes angolanos figuravam alguns portugueses como António Veloso, Calazans Duarte e Julieta Gandra, que foram deportados para cadeias em Portugal, tendo os angolanos sido deportados para Cabo Verde, onde ficaram internados no campo de concentração do Tarrafal que assim reabria as suas portas em 1960, agora para outros presos políticos, os angolanos.

O falecimento de Julieta Gandra não foi notícia para jornais, rádios ou televisões de Portugal. Apenas a SIC passou em rodapé uma breve informação. Outras pessoas, alguma de bem menor envergadura que J. Gandra preencheram o obituário da comunicação social portuguesa.

Nos anos 1950, Julieta Gandra, ginecologista (especialidade raríssima na Luanda de então) atendia no seu consultório da Baixa as clientes da sociedade colonial, tirando daí os seus proventos, e, nos musseques, atendia em modesto consultório, a preço simbólico, as mulheres desses bairros suburbanos. Simultaneamente participava em actividades do Cine-Clube e da Sociedade Cultural de Angola realizando também actividade política em organização clandestina do nacionalismo angolano. Por isso foi presa pela polícia do regime salazarista, condenada a pesada pena de prisão, internada em cadeias de Portugal. Quer nos interrogatórios da Pide, quer nas cadeias, portou-se com uma dignidade exemplar. Em 1964 foi considerada a presa do ano pela Amnistia Internacional.

Esta breve resenha da vida cívica de Julieta Gandra cabia em qualquer jornal ou bloco informativo de rádio ou televisão mas os profissionais da comunicação social, sem brío nem remorsos, omitem uma curta e última referência a esta médica portuguesa que foi marco na luta pela liberdade da Mulher e dos Povos.

2. « É só uma criança que quer nascer em segurança... »

Vi no *Público* um artigo de Rui Araújo chamando a atenção para o facto de ninguém ter escrito uma linha que fosse sobre a morte da Dra. Julieta Gandra.

* *Note de la rédaction* : Julieta Gandra est décédée en octobre 2007, dans un foyer, à Lisbonne. Son rôle important dans la résistance antifasciste portugaise à Luanda, et en solidarité avec les anticolonialistes angolais, ne lui ont pas valu les honneurs de la presse. C'est pourquoi, avec l'aimable autorisation de l'auteur, *Lusotopie* republie des extraits de deux témoignages de son compagnon de lutte, Adolfo Maria. Le premier témoignage a été posté par Ana Paula Tavares sur le site <h-luso-africa@h-net.msu.edu> le 10 octobre 2007. Le second est paru le 18 octobre dans le *Blogue Penser e Falar Angola*, <<http://blogdangola.blogspot.com/2007/10/julieta-gandra.html>>.

Foi assim que eu soube que ela tinha morrido e senti a mesma injustiça, razão pela qual aqui deixo uma história que serve também de justa homenagem.

A Dra. Julieta Gandra era a médica ginecologista da Luanda dos anos 1950 e a ela recorriam todas as mulheres brancas que viviam na cidade. Era conhecida não só por ser uma boa profissional mas também por ser uma mulher de grande humanidade, que dava consultas gratuitas nos musseques e conselhos a todas as mães aflitas, pudessem ou não pagar as consultas. Para ela não havia cor da pele, nem estratos sociais, mas apenas mulheres e crianças que precisavam da sua ciência e dos seus cuidados.

A Dra. Julieta Gandra era também uma activista política, opositora ao regime, e vivia sob vigilância, tal como outros que vieram mais tarde a participar na vida política nacional, como Tito de Morais. Mas o clima adensou-se, a guerra já se anunciava e em 1959 ela foi presa sob pretextos ridículos e fechada num hospital psiquiátrico, que lhe servia de prisão enquanto aguardava julgamento.

A Dra. Julieta Gandra era médica da minha mãe, já a tinha assistido logo a seguir ao meu nascimento, depois ao parto da 3^a filha e estava a seguir a 4^a gravidez quando a prenderam. O pânico que se gerou entre as mulheres que se viram assim desamparadas foi potenciado pelo sentimento de grande revolta pela pena que sofria aquela mulher extraordinária.

A minha mãe, que nunca foi mulher de se deixar abater pelas contrariedades, decidiu agir. Com uma amiga tão intrépida como ela, e sem avisar sequer o meu pai, apresentaram-se na PIDE e pediram para falar com o director, porque queriam ver a médica que estava presa. O funcionário ficou perplexo e começou um relambório a avisar que era melhor «as senhoras não se meterem nisto, ela é comunista, vão para casa se não querem ter sarilhos...». A minha mãe, exibindo os seus seis meses de gravidez, sentou-se: «– Vou ficar aqui até a criança nascer. Tanto me faz ter a criança aqui ou em casa, desde que seja a Dra. Julieta a assistir-me».

O Director recebeu-as, mandou chamar o meu pai, que apanhou um susto de morte quando lhe falaram da Pide a dizer que a mulher estava lá. Largas horas depois, a teima da minha mãe não tinha desarmado. Vasculhada a vida deles e provada que nada constava de suspeito nos ficheiros, levaram-nos ao Hospital, onde ela estava num quarto com a janela cruzada por tábuas de madeira, lendo na penumbra. Ficou então combinado que ela podia ir a nossa casa no dia do parto ou em caso de urgência, desde que acompanhada de segurança e ficando o meu pai responsável caso houvesse qualquer tentativa de fuga.

Poupo-vos aos detalhes da tempestade doméstica que esta iniciativa desencadeou, mas a verdade é que, nos princípios de Setembro de 1960, a nossa casa estava rodeada de polícia a Dra. Julieta assistiu às longas horas do dia e da noite em que se prolongou o nascimento. O reboliço na rua juntava pessoas que se perguntavam quem é que ia ser preso ali, até que o PIDE de guarda acalmou os ânimos, puxando uma fumaça do cigarro: «– Não há novidade. É só uma criança que quer nascer em segurança...».

A história espalhou-se como pólvora. E, a partir daí, outras mulheres exigiram igual privilégio, e a Dra. Julieta foi autorizada a sair da prisão sempre que uma das suas clientes pedia a sua preciosa ajuda.

Em julgamento, ela foi condenada a quatro anos de prisão, foi transferida para Lisboa e, em 1964, foi considerada a « Prisioneira de Consciência » do ano pela Amnistia Internacional, saindo em liberdade pouco tempo depois. Nunca mais a vimos. Morreu aos 90 anos, num lar, aqui fica o seu maravilhoso sorriso, com que tantas vezes confortou quem precisava. Morreu uma grande Mulher.